

A AGRICULTURA URBANA EM UBERLÂNDIA (MG)

Sidivan Resende

Prof. MSc. Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco
sidivanresende@hotmail.com

João Cleps Júnior (IG/UFU)

Prof. Dr. Instituto de Geografia - UFU
jcleps@ufu.br

RESUMO

Esta pesquisa examina as atividades agrícolas existentes no espaço urbano de Uberlândia (MG), procurando perceber o seu papel e importância no contexto do desenvolvimento e, mais especificamente, no contexto do abastecimento e segurança alimentar locais. A Agricultura Urbana, concebida como um conjunto de atividades típicas do mundo rural (cultivo, criação, pesca etc.) que se desenvolvem próximas ou no interior das cidades, é o principal objeto desse estudo. Nosso propósito pode ser resumido no reconhecimento da realidade e da importância das atividades agrícolas no meio urbano do município de Uberlândia (MG), a partir da compreensão das interações entre os mundos rural e urbano.

Palavras-chave: agricultura urbana, relações campo-cidade/rural-urbano, desenvolvimento sustentável.

URBAN AGRICULTURE IN UBERLÂNDIA (MG), BRAZIL

ABSTRACT

This research examines the existent agricultural activities in the urban space of Uberlândia (MG), trying to notice its role and importance in the context of the development and, more specifically, in the context of the local provisioning and alimentary safety. The Urban Agriculture, conceived as a group of typical activities of the rural world (cultivation, creation, fishing, etc.) that are developed close or inside the cities, is the main object of this study. Our purpose can be summarized in the recognition of the reality and of the importance of the agricultural activities in the urban space of Uberlândia municipal district (MG), starting from the understanding of the interactions among the rural and urban worlds.

Key-words: urban agriculture, country-field/rural-urban relationships, maintainable development.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa objetiva conhecer o papel e a importância das atividades agrícolas existentes no interior do espaço urbano de Uberlândia (MG), a partir da compreensão das interações entre rural e urbano, entre campo e cidade no contexto contemporâneo. A expressão agricultura urbana (AU) designa um conjunto de atividades típicas do mundo rural (cultivo, criação, pesca, etc.) que se desenvolvem próximas ou no interior das cidades, ocupando exíguos espaços e áreas não utilizáveis por residências ou outras construções. Essas atividades utilizam e provêm recursos materiais e humanos, produtos e serviços às cidades em que se inserem.

Recebido em 02/06/2006
Aprovado para publicação em 21/07/2006

Cabe ressaltar que, nesta pesquisa, quando se fala em agricultura, deve-se considerar um conceito amplo, ou seja, um conceito que extrapole a visão tradicional de atividade agrícola como cultivo de plantas apenas. Assim, nos referimos às atividades típicas do mundo rural como comentado acima.

Essas atividades podem ter grande importância, como forma de equilibrar um suposto ecossistema urbano. Ou seja, como forma de melhorar as condições econômicas, sociais, ambientais e até culturais dos seus habitantes. Isto porque a AU é uma atividade simples, tecnologicamente acessível, requerente de pouco ou nenhum recurso financeiro. Além disso, pode ser praticada em pequenas áreas como quintais e jardins, utilizando, de forma racional, recursos reciclados e recicláveis produzidos nas cidades.

Como resultado, a AU pode gerar oportunidade de emprego para jovens, idosos e mulheres; diminuir os riscos de insegurança alimentar por oferecer uma maior quantidade de alimentos frescos, nutritivos e baratos; e ainda, uma sensível melhoria das condições de vida e saúde dos cidadãos, na medida em que se criam espaços verdes, de produção de oxigênio e bem-estar. Nesse sentido é que a FAO enfatiza as possibilidades da AU promover uma situação de "sustentabilidade" nas cidades do mundo (COAG/ FAO, 1999).

No entanto, não são apenas benefícios que essa prática traz, podendo gerar também sérios problemas para a sociedade, dentre eles, a contaminação do meio ambiente pelo uso indevido de insumos, sejam eles orgânicos ou químicos, a possibilidade de contaminação dos alimentos produzidos com produtos químicos ou patologias provenientes do uso de águas contaminadas para irrigação, entre outros.

Neste contexto, é que surge o interesse por investigar este tema, complexo e instigador, na perspectiva da Geografia. Pois, além das contribuições que esta atividade pode proporcionar à sociedade, se praticada de forma racional, a AU é uma tema pouco estudado, sendo necessárias mais pesquisas, sobretudo no contexto das grandes e médias cidades.

A agricultura urbana e os estudos geográficos

No Brasil, a obra de Bicalho (1992, 1996, 1998 e 2000) se consubstancia como principal referência teórica para o estudo das atividades agrícolas no interior ou próxima de áreas urbanas, sendo precursora de muitos trabalhos geográficos que abordam esta questão.

A autora investiga as atividades agrícolas em áreas urbanas no contexto das regiões metropolitanas brasileiras, e salienta que, para se compreender como a agricultura resiste na cidade, mesmo diante do intenso processo de metropolização que não consegue converter toda terra agrícola em usos urbanos, é preciso entender a agricultura metropolitana "[...] como parte de um dinâmico processo de contínua mudança sócio-espacial, gerado por uma situação de permanente conflito de interesses e disputas de áreas por usos rurais e urbanos" (BICALHO, 1992, p.285).

Outro trabalho geográfico que dá uma importante contribuição para o entendimento da AU é o de Oliveira (2001) que relaciona os principais fatores que possibilitam ou condicionam a permanência de atividades agrícolas na região metropolitana de Fortaleza. De acordo com essa autora, a permanência da agricultura na cidade deve-se a um mosaico de situações, dentre elas, a procedência rural (tradição, cultura) dos moradores da cidade, egressos do campo; ao intenso desemprego e precarização da vida nas cidades, e a vocação e tradição de algumas áreas para a hortifruticultura.

Ainda de acordo com Oliveira (2001), a síntese destes fatores faz com que a população mais pobre passe a cultivar áreas vazias ou seus quintais na busca de auto-abastecimento, ou para o abastecimento do mercado urbano, possibilitando geração ou complementação de renda.

Todavia, de acordo com nossas pesquisas e também de acordo com os trabalhos de Bicalho (1992; 1996) e Maia (1994; 2001) não só a população pobre se interessa por estas atividades, havendo muitos proprietários ou mesmo empresários de base urbana que investem na AU, pois

esta pode se configurar como um importante setor de acumulação de capitais.

Nesse contexto, o debate acerca das interações entre campo e cidade, rural e urbano, mostra-se muito importante para o entendimento da dinâmica da agricultura urbana/metropolitana, pois "a dinâmica da agricultura metropolitana resulta de forças urbanas e não-urbanas, atuando num contexto regional de forma consoante ou dissonante" (BICALHO, 1992, p.216). Essas interações podem ter características diversas, sendo ora conflituosas, ora complementares, ou ainda, justapostas, convivendo harmoniosamente (BICALHO, 1996).

Ainda segundo a autora, nessa interação entre forças urbanas e não-urbanas na configuração da dinâmica da AU, as primeiras demandam terra, trabalho e oportunidades de mercado e as segundas se relacionam à mudanças tecnológicas, à mudanças no padrão de vida, na competição inter-regional e decisões políticas.

O resultado da interação das forças urbanas e não-urbanas pode ser percebido no comportamento do produtor, que pode desencadear mudanças na agricultura, ao tomar decisões e gerenciar seus negócios. Assim, dependendo da correlação de forças, podem ser criados três tipos de ambientes agrícolas em áreas urbanas. 1. Ambientes de desenvolvimento agrícola, na qual, há viabilidade e pode-se desenvolver uma agricultura estável; 2. Ambientes de adaptação agrícola, marcado por incertezas, fragmentação da terra, ou sobre o futuro desta. 3. Ambientes de degeneração agrícola, quando as forças urbanas suplantam as forças rurais e assim a agricultura declina (BICALHO, 1992).

No caso de Uberlândia, um fato marcante para se compreender a dinâmica da agricultura urbana se relaciona à incerteza quanto ao futuro da terra. A partir da pesquisa de campo realizada em Uberlândia, constatou-se que somente 7 entre 35 entrevistados (20,0%), são proprietários. A maioria são posseiros ou arrendatários, cuja situação é sempre de instabilidade. Assim, não lhes é permitida a elaboração e execução de projetos de médio/ longo prazo ou estratégias de capitalização baseadas em investimentos.

A qualquer momento, as áreas onde atuam, podem ser loteadas e incorporadas ao tecido urbano, e assim a intensidade das atividades de AU também ajuda a compreender sua dinâmica. A intensidade dessas atividades torna-se obrigatória para compensar o alto custo da terra, que se valoriza a cada dia com a expansão e desenvolvimento da cidade (BICALHO, 1992, 1996; TUBALDINI; RODRIGUES, 2001).

Outro fator que pode explicar a existência de atividades agrícolas na cidade se relaciona às questões histórico-culturais. Unidades de produção ou atividade agrícolas estabelecidas em períodos pretéritos, às vezes fruto de grandes investimentos de capitais, não são passíveis de remoção facilmente. Por um lado, a questão financeira pesa na tomada de decisão de permanecer ou sair da área, mesmo que sob pressões urbanas. Por outro lado, comodismo ou idealismo faz com que unidades agrícolas permaneçam na cidade.

As atividades motivadas por *hobby* ou tradição também explicam a manutenção de atividades primárias na cidade. Muitos proprietários mantêm áreas agrícolas motivados por desejos de ser ter uma vivência rural ou de contato com a natureza etc. Isto sempre próximo ao local de trabalho e moradia, sendo desnecessário o deslocamento por maiores distâncias.

Todavia, por trás desses fatores, a especulação imobiliária tem sua função determinada. Assim, se algum dia houver interesse em desmembrar a área, ou loteá-la, esta estará valorizada. Além desses fatores, a agricultura urbana praticada por pequenos produtores, familiares ou não, proprietários ou não, torna-se permissível devido,

[...] inicialmente, pela própria atividade, que gera grande volume de produção acumulada no decorrer do ano, e, segundo, pelas estratégias flexíveis de produção, permitindo a capitalização do produtor e investimentos e tecnologias para suas atividades. As estratégias flexíveis permitem combinar capital e trabalho adequados a diferentes momentos econômicos como, também, a pronta receptividade a novas tecnologias (BICALHO. 1996, p.4) .

Com uma produção diversificada, múltiplas safras anuais, e com fluxo contínuo de renda durante o ano, podem-se resistir mais facilmente às pressões da urbanização material¹. E, vantagens locacionais de proximidade garantem, além de vendas diretas aos consumidores vizinhos, a diminuição da rede de intermediários, melhorando a lucratividade dos produtores e, por outro lado, diminuindo os custos para os consumidores

Mesmo diante do consenso de que as práticas agrícolas no contexto urbano tendem a desaparecer, sucumbindo à urbanização material, estudos demonstram que essas atividades, a cada dia, tornam-se mais dinâmicas². Isto devido a novos padrões de organização do espaço, da vida social e de mobilidade.

Para o caso de Uberlândia, os fatores acima enunciados podem explicar a existência e dinâmica da AU. Assim, sumarizando, acredita-se que a AU existe na cidade devido a uma gama de fatores, dentre os quais se destacam: existência de muitas áreas vazias na cidade criadas pelo processo de especulação imobiliária; tradição rural das pessoas que se envolvem com essas práticas; falta de oportunidades de trabalho; complementação de renda; oportunidades de capitalização possibilitadas pela proximidade do mercado consumidor.

As idéias de Maia (1994) sintetizam todos esses fatores. Segundo a autora, necessidade e desejo explicam a dinâmica da AU. Diante da diversidade e intensidade de atividades de AU nessa cidade, percebe-se que a manutenção e o crescimento de atividades rurais na cidade devem-se, por um lado, à *necessidade* de sobrevivência dos setores marginais que desenvolvem estratégias de vida e trabalho, configurando uma cidade muito diferente da idealizada e propalada pelo discurso modernizante de suas elites. E, por outro lado, deve-se ao *desejo* de pessoas originárias, ou com forte referência com o meio rural, de praticar atividades que as satisfaçam, ou ainda proporcionem algum tipo de ligação ou contato com a natureza.

Tendo em vista os inúmeros fatores que atestam a dinamicidade da AU no cenário brasileiro, cabe ainda ressaltar os problemas colocados aos pesquisadores para a análise dessas práticas. O principal problema enfrentado por pesquisadores que se interessam em investigar práticas agrícolas dentro ou próximo às cidades é relativo à precariedade ou inexistência de informações estatísticas confiáveis.

Assim, não só para o caso uberlandense, mas para o caso da maioria das cidades brasileiras, a agricultura urbana responde por três funções básicas: especular, abastecer a cidade e alimentar as populações marginais. Com a prática da AU garante-se a segurança de uma área contra invasões ou desapropriações, possibilitando a especulação imobiliária segura. Além disso, possibilita-se um incremento na produção e no abastecimento alimentar da cidade. E, por fim, é uma forma de se garantir alimentos para uma população que não consegue encontrar empregos na cidade.

Características da agricultura urbana em Uberlândia

No intuito de caracterizar as atividades de agricultura urbana na cidade de Uberlândia, buscou-se investigar, dentre outros fatores, quem são as pessoas que se envolvem com essa prática, bem como suas condições de vida, moradia, trabalho e renda. Buscou-se também caracterizar a "unidade de produção", em termos de área, condições de posse, características físicas, tipo de produção, formas de comercialização, base tecnológica da produção, principais problemas enfrentados, bem como os planos e perspectivas para o futuro da atividade.

A partir de vários trabalhos de campo identificamos no interior do perímetro urbano de Uberlândia, 108 locais onde se desenvolviam atividades de agricultura urbana. Dentre eles 58 currais, 43

¹ Urbanização material refere-se aos arruamentos e construções, sendo parte de um processo maior de urbanização, que se expressa nas dimensões sócio-econômica e psicológica.

² Os trabalhos de BICALHO (1992, 1996, 1998, 2000); TUBALDINI; RODRIGUES (2001) e de OLIVEIRA demonstram que muitas atividades agrícolas na cidade têm se tornado altamente dinâmicas e com um futuro promissor, devido justamente à presença da cidade. Fato que para muitos era visto como uma barreira, hoje tem se tornado vantagens para a AU. O caso dos pesque-pagues é ilustrativo.

hortas, quatro pesque-pagues e três locais de equitação. Deste total, entrevistamos 35 pessoas responsáveis por estas atividades.

Constatou-se que a AU, em Uberlândia, é uma atividade praticada, preferencialmente, por migrantes. Dos 35 entrevistados, 27 são migrantes, a maioria de cidades da região do Triângulo Mineiro, havendo, contudo, pessoas vindas de diversas partes do país, em busca de melhoria de vida, representado na forma de oportunidades de emprego, saúde e educação para a família. Ainda, 24 nasceram e se criaram no contexto rural, "na roça" como dizem. Essa experiência no mundo rural contribui em muito para a manutenção de atividades rurais na cidade. Dessa forma, identificam-se situações de resistência, recriação ou desistência, dos indivíduos do campo na cidade.

Outra característica dos agricultores urbanos verificada pela pesquisa é o seu perfil marginal, no sentido de estar à margem de um tipo social tido como ideal para a sociedade capitalista moderna. A maioria tem pouca, e às vezes, nenhuma instrução escolar formal, havendo ainda predominância de indivíduos de idade avançada. Dos 35 entrevistados, cinco são analfabetos, 18 cursaram pelo menos uma série do ensino básico, cinco cursaram o ensino fundamental, cinco o ensino médio e apenas um o ensino superior. Devido a essa situação, acreditamos que a AU torna-se um atrativo para essas pessoas que não encontram oportunidades no mercado de trabalho atual, altamente exigente de qualificação profissional.

Durante a pesquisa constatou-se a ausência de entrevistados com menos de 30 anos de idade envolvidos com a AU em Uberlândia. Seus representantes são desempregados, idosos e/ou aposentados, que se envolvem com a AU na busca de alimentos e/ou rendas, ou apenas como uma terapia ocupacional. No primeiro caso, são os que não conseguem empregos "urbanos" devido à idade. Existem ainda os casos de indivíduos aposentados que, não querendo ficar inativos, procuram na atividade de AU um trabalho terapêutico e prazeroso, ainda mais quando essas pessoas tiveram um passado rural e se satisfazem ao se envolverem com atividades de contato com a terra, com a natureza.

Descobriu-se que a situação dos agricultores urbanos de Uberlândia não se diferencia da realidade dos agricultores urbanos de outras partes do Brasil e do Mundo. Como ressaltam Zeeuw; Gündel; Waibel (2001), a AU tem funções de nicho em termos de tempo (é transitória, efêmera), de espaço (localiza-se em interstícios da cidade), assim como de condições sociais (atividade exercida preferencialmente por mulheres, idosos e grupos de baixas rendas) e econômicas específicas (situações de crise financeira e/ou escassez de alimentos).

Com atenção à situação jurídica de utilização das áreas destinadas a AU, percebe-se, mais uma vez, o caráter marginal e de nicho dessa atividade. Os entrevistados, em sua maioria, não são proprietários das terras que utilizam. Dos 35 entrevistados apenas sete são proprietários. As situações de ocupação ou posse, comodato e cessão de uso complementam a totalidade e a diversidade das formas de utilização de terras pela AU investigada. A cessão de uso ou parceria é muito comum entre os pecuaristas urbanos. Como já se disse, estes atuam como guardiões de áreas particulares contra invasões. Os proprietários cedem suas terras para pastoreio e a outra parte se responsabiliza pela vigia desta área, sendo que esta parceria finda com o interesse do proprietário em dar novo uso, urbano ou não, para sua propriedade.

A situação de posse é a mais comum. Dentre as 35 áreas de AU investigadas, 10 se encontram na situação de ocupação ou posse. A maioria dos casos refere-se às terras de fundo de vale, anexas à áreas de preservação permanentes (doravante denominadas APP), nas quais os agricultores urbanos desenvolvem suas atividades.

Por fim, os casos mais complexos e, talvez por isso mesmo, mais interessantes, são aqueles de pecuaristas itinerantes. Esses criadores itinerantes não possuem nenhuma terra e também não ocupam, categoricamente, áreas particulares. Esses pecuaristas mantêm pequenas áreas (um curral e uma cocheira), alugadas, ou cedidas, nas quais tratam e ordenham seus animais durante a noite e no começo da manhã, e durante o dia pastoreiam os animais por áreas, lotes vagos ou APP's. As condições de trabalho desses criadores é altamente precária. Trabalham o dia todo montados "no lombo de um cavalo". Nas figuras 1 e 2 pode-se ver um vaqueiro pastoreando seus

animais em áreas vazias e em áreas de preservação permanente do Córrego Mogi, Bairro Karaiba.

Diante dessas situações relatadas, percebe-se que a instabilidade no uso da terra é um fator característico da AU. Mesmo nas áreas que são próprias, a atividade de AU é instável, pois, dependendo do jogo de forças urbanas-rurais, estas áreas podem ser convertidas em terras urbanas. Além disso, percebe-se a precariedade da vida de algumas destas pessoas que praticam a AU como forma de sobrevivência.



Figura 1 - Gado bovino em áreas vazias do Bairro Karaiba, Uberlândia.
Autor: S.A. Resende, Set. 2003



Figura 1 - vaqueiro pastoreando animais em áreas de preservação permanente do Córrego Mogi, e em áreas vazias do Bairro Karaiba, Uberlândia.
Autor: S.A. Resende, Set. 2003

Quanto ao tamanho das áreas utilizadas, a situação é complexa devido, inclusive às condições de posse e uso das áreas. No caso da atividade pecuária, como já se disse, a maioria dos entrevistados não são proprietários, muitos são posseiros e outros não se encaixam em nenhuma das situações de posse relatadas, sendo assim é difícil mensurar esta informação. No caso da atividade horticultora, pode encontrar áreas entre 50 m² e 04 ha.

Quanto à organização do trabalho, percebeu-se que o trabalho familiar está presente em todas as unidades de produção de AU, variando em quantidade, dependendo da atividade. A ocupação de um membro da família é realidade em 18 unidades; a ocupação de dois membros da família ocorre em 12 unidades de produção; já nas outras cinco unidades restantes, encontram-se ocupadas entre três e seis pessoas da família no processo produtivo ou administrativo.

A produção e os serviços prestados pela agricultura urbana em Uberlândia são diferenciados de acordo com a categoria das atividades. Assim, a produção se diferencia entre os produtores que se dedicam exclusivamente à atividade horticultora, os que se dedicam à atividade de criação animal e os que se dedicam à atividade de pesque-pague.

No caso da produção hortícola, a produção é voltada notadamente para o cultivo de folhagens e temperos. Todavia, devido aos hábitos alimentares da população local, a alface, a couve e o cheiro-verde representam a maior parte da produção (Figura 3). Nas unidades de produção de vegetais mais tradicionais a produção de ervas medicinais também é uma importante fonte de renda.



Figura 2 - Horta em quintal: produção especializada em couve e cheiro-verde
Autor: S.A. Resende, 2003

As formas de comercialização das hortaliças são diversas: pronta-entrega, quando os vizinhos compram os produtos na própria horta; praticada por vendedores ambulantes. No caso das grandes hortas, a comercialização é feita de quatro formas. Uma delas é via atravessadores, que compram um grande volume e revendem a sacolões³, mercearias ou supermercados, utilizando como meio de transporte as camionetas ou outro tipo de veículo utilitário.

³ Denominação de mercearias destinadas a comercializar produtos alimentares frescos (frutas, legumes, folhagens, ovos, etc.), também chamadas de verdurão ou boteco.

Outra forma é a venda aos feirantes que compram os produtos e revendem em feiras-livres pela cidade. A venda direta ao consumidor também ocorre, se bem que nas grandes hortas essa é uma prática indesejável, já que ocupa tempo e um funcionário que deveria se dedicar a produção.

Constatou-se, ainda, a formalização de contratos entre produtores e restaurantes industriais de grandes empresas, ou que fornecem comida a cantinas de grandes empresas. Nestes casos, as hortaliças são vendidas por peso, e não por unidade como é feito tradicionalmente. Segundo os produtores, esta forma de comercialização é vantajosa, pois não se tem que separar e amarrar molhos de hortaliças ou mesmo embalar, por exemplo, como se faz com a couve ou com o cheiro-verde.

Alguns produtores entregam a produção diretamente em sacolões, mercearias, supermercados, de pronta-entrega, ou seja, pela manhã carregam o veículo e percorrem a cidade, entregando nos referidos locais, a quantidade desejada naquele momento. Esta é a pior forma de comercialização, pois, se não for vendida toda a mercadoria, esta se perde rapidamente.

Com atenção ao caso da produção animal, constatou-se o predomínio da produção de leite bovino. Entre os dezoito produtores de leite bovino, identificou-se grandes e pequenos produtores, com uma média entre 8 e 90 litros de leite/ dia. As formas de comercialização desse leite são variadas. Alguns produtores engarrafam o leite em vasilhames de refrigerante (garrafas "pet", de dois litros) e vendem na própria vizinhança, de porta em porta, ou ainda a compradores regulares, com entrega programada. Outros beneficiam a produção, transformando o leite em queijo do tipo "minas" e também vendem na vizinhança ou em mercearias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura urbana em Uberlândia é uma atividade muito dinâmica, estando presente e distribuída por todos os setores da cidade. A despeito da existência de atividades de AU nas cidades do mundo e da importância assumida em diferentes dimensões (fortalecimento da segurança alimentar para integrantes de setores marginais da sociedade, equilíbrio e/ou minimização de problemas ambientais, geração de empregos e/ou rendas, etc.), essa atividade continua desconhecida ou ignorada por muitos acadêmicos e também pelos gestores públicos.

Além desse desconhecimento, como no caso de Uberlândia, a AU muitas vezes é tratada como uma atividade marginal, alvo de repreensão por parte dos diferentes órgãos normativos das cidades - vigilância sanitária, principalmente - não existindo preocupações no sentido de conhecer, normalizar e incentivar essa atividade.

Tal atitude representa muitas perdas, sobretudo para a dimensão do desenvolvimento sócio-ambiental e da melhoria das condições de vida e saúde das populações urbanas. Não se pode deixar de reconhecer a existência e a importância dessas atividades "primárias" desenvolvidas por habitantes de áreas urbanas. O não reconhecimento da AU como atividade legítima das/nas cidades, ou ainda, sua repressão, não contribui para equacionar a questão.

Com essa atitude perde-se, por um lado, oportunidades de se conhecer as condições de produção e beneficiamento de alimentos consumidos nas cidades e, por outro, oportunidades de apoio à geração de emprego e renda, e ainda a possibilidade de regulamentação de uma atividade que, de qualquer forma, vai continuar existindo, clandestina ou não, pois representa formas de sobrevivência de camadas excluídas da população urbana e também um importante setor de acumulação de capitais.

Neste contexto, melhor seria reconhecer a AU como atividade legítima no contexto urbano, e integrar ações, projetos e políticas públicas com outras matérias que já são alvo de planejamento e preocupações do poder público e da sociedade. Assim, torna-se necessário integrar políticas para a AU às políticas voltadas à saúde, ao saneamento (de resíduos sólidos e líquidos) e ao planejamento urbano (uso e ocupação do solo, zoneamento, instrumentos contra a especulação imobiliária, por exemplo) dentre outras, no sentido de criar novas formas de urbanismo e urbanidade que garantam a realização de um projeto de desenvolvimento urbano sustentável.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Ana Maria de S. M. A agricultura metropolitana. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA, 3, 1996. Rio de Janeiro. **A organização do território**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. [s.p.].

BICALHO, Ana Maria de S. M. Agricultura e meio ambiente no município do Rio de Janeiro. In: ABREU, M de A. (org.) **Sociedade e natureza no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro. 1992, p. 285-316.

BICALHO, Ana Maria de S. M. Economics sustainability in vegetable farming in Rio de Janeiro state, Brazil. In: IGU COMMISSION ON THE SUSTAINABILITY OF RURAL SYSTEMS CONFERENCE. 2000. British Columbia. **The reshaping of rural ecologies, economies and communities**. British Columbia: Simon Fraser University. 2000, p.39-47.

BICALHO, Ana Maria de S. M. Sustainable metropolitan agriculture in Brazil. In: BOWLER, I.R.; BRYANT, C.R.; HUIGEN, P.P.P. (editors) **Dimensions of sustainable rural systems**. Utrecht/ Groningen: Koninklijk Nederlands Aardrijkskundig Genootschap; Faculteit der Ruimtelijke Wetenschappen/ Rijksuniversiteit Groningen. 1998, p.97-104. (Nederlandse Geografische Studies, 244).

COAG - Comitê de Agricultura da FAO. **La agricultura urbana y periurbana**. Publicado em jan. 1999. Disponível em: <<http://www.unfao/bodies/coag/coag15/x00675.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2001.

MAIA, Doralice, S. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana F. A.; SEABRA, Odete. O.C. de L. (org.) **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 214-220.

MAIA, Doralice, S. **O campo na cidade: necessidade e desejo (um estudo sobre os subespaços rurais em João Pessoa – PB)**. 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências, Curso de Mestrado em Geografia, Florianópolis. 1994.

MONTEIRO, Ana V.V.M. Agricultura urbana e periurbana: questões e perspectivas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.32, n.6, Jun. 2002, p. 39-44.

MOUGEOT, Luc J.A. Agricultura urbana: concepto y definición. **Agricultura Urbana**. v.1, n.1, p.5-7, abr. 2001. Disponível em <www.ruaf.org>. Acesso em Jan. 2003.

OLIVEIRA, Alexandra M. de, Agricultura em áreas metropolitanas. In: MENEZES, Ana V.C. de; PINTO, Josefa E.S. de S. **Linhas geográficas**. Aracaju: Programa Editorial NPGeo/ UFS, 2001. P.33-183. (Série Dissertações).

PEREIRA, Marly P. Agricultura urbana e periurbana. **Qualidade de Vida**, São Paulo, Ano 2, n.11, p.1-4. abr. 2000. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/~boletim/qualidade/quali_12.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2001.

TUBALDINI, Maria A. dos S.; RODRIGUES, Elizabeth F. **As relações rurais-urbanas em área de agricultura metropolitana - sustentabilidade e meio ambiente - Ibirité (MG)**. In: ENCuentro DE GEÓGRAFOS DE LA AMÉRICA LATINA, 8, 2001, Santiago de Chile. Anais...(CD ROM) Santiago: Universidad de Chile, 04 a 10 de Abril de 2001. (s/p).